

PANDEMIA, “ENSINO HÍBRIDO” E A USP DO FUTURO — O ALVO É O RDIDP?

Fabiana Jardim¹



Nos editais da Pró-Reitoria de Graduação, é difícil distinguir entre, de um lado, o que é uma bem intencionada euforia com as possibilidades abertas pelo Ensino Remoto Emergencial e, de outro lado, o que é simplesmente uma aposta nesta modalidade de ensino como estratégia de desinvestimento na graduação, aumento da carga de trabalho do corpo docente e liberdade para manejar o orçamento frente aos “Parâmetros de Sustentabilidade”. Nossas ressalvas não se dirigem ao ensino híbrido em si mesmo, mas aos motivos e à forma com que tal discussão é imposta, em plena pandemia e sem diálogo

No momento em que concluímos este texto já são mais de 570 mil brasileiras e brasileiros mortos por Covid-19, a doença provocada pelo vírus Sars-Cov-2². Desde o final de 2019, este vírus atravessou fronteiras, paralisou quase todo o mundo e já ceifou mais de quatro milhões de vidas. O vírus e a doença provocada por ele conclamaram esforços para enfrentá-lo, por meio do envolvimento de muitos centros de excelência em pesquisa no desenvolvimento de vacinas. Se, por um lado, evidenciou-se a potência da articulação entre ciência e política (nos casos de países que seguiram os princípios definidos por cientistas e lograram incidir sobre o número potencial de mortes), por outro, também aprofundaram-se sismos entre política e ciência, em especial (como infelizmente é o nosso caso) quando a estratégia de desresponsabilização sobre os custos políticos da adoção de medidas impopulares consistiu em negar a gravidade da doença e da crise, apostar em medidas arriscadas (como a da promoção da chamada “imunidade de rebanho”) e constantemente pôr em questão a autoridade e idoneidade de profissionais da ciência e da saúde.

Dado o desconhecimento do vírus e da doença e os riscos que a pandemia interpõe aos serviços de saúde, as medidas sanitárias ao alcance dos governos inicialmente

consistiam em promover isolamento social e campanhas de conscientização quanto ao uso de máscaras, higienização das mãos e ventilação de ambientes. Espaços fechados que reúnem grupos grandes de pessoas foram interditados, o que significa dizer que aulas presenciais foram suspensas. Em um primeiro momento, acreditávamos que o retorno pudesse se dar em um curto espaço de tempo, mas a longa duração da crise obrigou a adoção de estratégias de Ensino Remoto Emergencial (ERE), com possibilidades, consequências e efetividade muito distintas conforme o nível de ensino. Destacamos esses aspectos porque, em nossa compreensão e no modo com que temos vivido tal situação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), trata-se de algumas das faces da crise sanitária que incidem diretamente sobre as condições da relação pedagógica na Universidade em tempos de pandemia e sobre as perspectivas futuras para o ensino na graduação.

Iniciaremos com um breve registro sobre como a Feusp enfrentou o desafio de definir uma posição institucional a respeito do ERE, sem perder de vista a importância da qualidade de ensino e da justiça educacional e o fato de que se tratava de dar respostas possíveis a uma situação de exceção, perdas massivas de vidas e, em consequência, momento de dor e luto. Em seguida, abordaremos

o entusiasmo da Universidade de São Paulo com o ensino a distância, expresso não apenas nas notas à comunidade acadêmica, em que se reiterava o lema “A USP não pode parar”, mas também em dois editais lançados no final de 2020. Encerraremos refletindo sobre possibilidades do ensino remoto para o futuro e de que modo se vinculam a transformações nos próprios sentidos da Universidade².

Em 13 de março de 2020, após a instituição de medidas de isolamento social no estado de São Paulo, a preocupação mais imediata foi a de garantir a segurança da comunidade da Feusp. Inicialmente, porque imaginava-se que o período de quarentena seria de algumas semanas, houve indicação de suspensão das aulas na graduação e pós-graduação, de maneira a evitar medidas açodadas para a manutenção do calendário escolar, que reconhecidamente resultariam no aprofundamento de desigualdades educacionais. Além do Comitê de Gestão da crise sanitária e dado o impedimento formal de realização de reuniões dos colegiados, formou-se também um Comitê de Acompanhamento Acadêmico, constituído por presidências de comissões estatutárias, coordenações dos cursos e chefias de departamentos. Assim, quando ficou explícito que não seria possível retomar as atividades letivas presencialmente em curto prazo, a Congregação da faculdade aprovou um documento em que se registravam princípios, compromissos e orientações para a retomada formal das atividades didáticas³. Chamamos a atenção para tais movimentos para apontar que, sem dúvida alguma, o enfrentamento dos desafios colocados pela crise sanitária em termos coletivos e institucionais tornou as inevitáveis perdas, tanto as pedagógicas quanto aquelas relativas aos laços sociais, um pouco menos danosas. A catástrofe, incidência do trágico no cotidiano, também produz efeitos sobre as solidariedades, e isso pode se dar no sentido do reforço dos sentidos de comunidade ou, ao contrário, de ruptura dos laços de confiança, responsabilidade e sentimento de partilha de um mundo comum. A reiteração do reconhecimento da excepcionalidade do momento, a recusa a aderir à noção de “novo normal”, o constante cuidado em marcar a dimensão “emergencial” da educação remota tem sido fundamental, parece-nos, para manter aberto um espaço coletivo de diálogo, em que soluções podem ser negociadas, os danos minimizados e algum cuidado coletivo produzido.

A insistência em proclamar a “heroica” manutenção das atividades da USP no contexto da pandemia, bem como o “novo normal”, favorece o esgarçamento dos laços sociais dentro da comunidade universitária, pois torna difícil enunciar a tristeza, a paralisia e o luto

Em certa medida, trata-se de posição distinta daquela assumida pela Reitoria da USP. Dada a forma que a gestão da pandemia assumiu no Brasil, marcada por disputas políticas, negacionismo e difusão deliberada de informações falsas, é importante reconhecer que a Reitoria, ao menos em suas enunciações públicas, se pautou todo o tempo pelas orientações consensuadas pela comunidade científica, tal como se espera de uma instituição voltada à pesquisa e à ciência — muito embora, na gestão mais miúda, tenha tratado diferencialmente docentes e trabalhadores técnico-administrativos, por várias vezes introduzindo exceções nas regras de isolamento que colocavam a vida destes últimos em risco. Mas também é importante reconhecer que as comunicações institucionais estiveram marcadas pelo tom de louvor à continuidade de atividades, à força da USP que não para, o que, em nossa compreensão, produz ao menos dois efeitos de invisibilidade: em relação à própria dimensão das perdas das vidas, pois o imperativo da continuidade atropela a temporalidade do enlutamento (que, neste caso, deveria ter necessariamente uma dimensão pública); em relação aos custos pessoais, afetivos e de saúde física e mental que sustentam o movimento de continuidade da Universidade — as condições precárias de *home office*, o excesso de trabalho, a conciliação das dimensões de reprodução da vida e trabalho; a possibilidade de adoecimento; a evasão de parte dos estudantes, igualmente afetados pelos problemas mencionados.

Ainda que consideremos que o período da pandemia foi marcado pela continuidade das ameaças ao sistema de ciência e tecnologia e às universidades (cortes de verbas, medi-

das autoritárias e de controle ideológico, além da constante desqualificação pública da ciência e da pesquisa por parte das autoridades políticas) e que foi necessário um constante esforço de defesa da ciência e das universidades, inclusive articulando respostas públicas para a sociedade em geral, a insistência em afirmar a heroica manutenção das atividades da Universidade no contexto da pandemia opera, em nossa compreensão, para o esgarçamento dos laços sociais na comunidade universitária, pois torna de difícil enunciação a tristeza, a paralisia e o luto pelo modo de vida e convívio universitário que foram interrompidos abruptamente. Em outras palavras, a cada reiteração da continuidade ou do “novo normal”, é como se a universidade dissesse aos membros de sua comunidade que encontram dificuldades em seguir que não está disposta a parar ou a sequer demorar um pouco, deixando pelo caminho aqueles e aquelas que não conseguem acompanhá-la.

É no quadro desta posição assumida pela Reitoria em suas manifestações institucionais que é possível compreender que, em outubro de 2020, enquanto a crise ainda estava longe de terminar (ao contrário: quando as curvas de novos casos e mortes começavam a subir rapidamente), a Pró-Reitoria de Graduação da USP tenha lançado o edital 01/2020-2021, estimulando a criação de Consórcios Acadêmicos para a Excelência no Ensino de Graduação (CAEG), isto é, de projetos relacionados à graduação envolvendo diferentes unidades de ensino, para propor “[...] atividades integradas/coordenadas que contemplem a recente experiência de ensino devido a pandemia da Covid-19”. Dentre as justificativas para o lançamento do edital, há menção explícita a um “novo normal” e a um pós-pandemia. Na descrição das áreas de atuação dos CAEGs, destacamos o primeiro item, “Inovação e integração docente no Ensino de Graduação”, que previa o apoio a quatro temas, dentre os quais três fazem referência ao ensino híbrido. Logo depois, em 10 de dezembro, houve ainda o lançamento de um segundo edital, “Novos currículos para um novo tempo”, tendo como objeto a “modernização e reformulação das Estruturas Curriculares dos Cursos de Graduação da USP” e assumindo, sem ressalvas, que o ensino híbrido se configura como futuro dos cursos de graduação⁴.

Antes mesmo do término da crise sanitária e da retomada das atividades presenciais, isto é, antes mesmo que possamos voltar a reunir a comunidade uspiana e reconhe-

cer as ausências deixadas pelos que se foram por Covid-19, bem como as lacunas deixadas pela realização de atividades sob a modalidade da Educação Remota Emergencial, a instituição mostra que continua avançando, sem pausa: sem respeitar o tempo do enlutamento público e sem respeitar nem mesmo suas próprias instâncias deliberativas, uma vez que alguns dos temas que são objetos dos editais não poderiam ser propostos por docentes sem a necessária tramitação por departamentos, comissões de graduação, coordenações de curso e congregações, pois têm efeito sobre questões administrativas tais como distribuição didática, currículos e sua carga horária, projetos político-pedagógicos dos cursos, por exemplo.

Os reitores têm explicitado seu desejo de garantir condições para que a USP realize seu “destino” como instituição de pesquisa, relegando o ensino de graduação a segundo plano. Na visão deles, isso ainda permitiria a flexibilização do RDIDP. Parece-nos que a pandemia permitiu catalisar esse duplo movimento

Como chama atenção o documento elaborado pela Feusp a respeito dos CAEGs⁵, é muito difícil distinguir, nos editais, entre o que é uma bem intencionada euforia com algumas das possibilidades abertas pelo ensino remoto e o que é simplesmente uma aposta nesta modalidade de ensino como estratégia de desinvestimento na graduação, aumento da carga de trabalho didático para docentes (o que indica o aprofundamento da precarização da carreira docente na USP, especialmente quando pensamos na crescente contratação de professores temporários, em regime bastante precário, inclusive via “Programa de Atração e Retenção de Talentos”, ou PART, que permite a contratação de pós-doutorandas e pós-doutorandos para assumir

aulas) e capacidade de manejar o orçamento para fazer frente às metas estabelecidas no famigerado documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira”, aquele aprovado em uma reunião do Conselho Universitário em 2017, à qual os conselheiros tiveram acesso graças à atuação violenta da Polícia Militar para dispersar manifestantes que solicitavam o respeito aos trâmites deliberativos da própria universidade.

De um lado, a USP atua institucionalmente para negar a dimensão catastrófica da crise, como se tal reconhecimento fosse incompatível com seus esforços legítimos de afirmar sua importância para a produção de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, junto a um público bombardeado por mensagens enviesadas, equivocadas ou simplesmente falsas. De outro lado, há quase uma década seus dirigentes têm tornado explícito seu desejo de garantir à USP condições para que realize seu “destino” como instituição de pesquisa, relegando o ensino de graduação a segundo plano. O que teria como ganho adicional (na visão desses mesmos dirigentes) a possibilidade de flexibilização do Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), realizando administrativamente a dissociação de ensino e pesquisa já presente na atuação de uma instância como a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), com sua lógica que pune docentes dedicados à graduação e à participação institucional e premia aqueles voltados a publicações — tomadas como indicadoras de sua produtividade em pesquisa. Parece-nos que o acontecimento da pandemia permitiu catalisar esse duplo movimento, garantindo ainda a experimentação da modalidade de ensino à distância para a graduação, cujos efeitos são avaliados como excelentes (a despeito de que não termos como saber o que se passa com estudantes evadidos ou com os quais não conseguimos contato virtual) e cujos impactos sobre o orçamento são reiterados a cada comunicado da Codage.

Entendemos que, inclusive do ponto de vista das boas práticas científicas, seria importante esperar que a crise sanitária chegasse ao fim e, com a possibilidade de novamente nos reunirmos de verdade — não como bolinhas de iniciais em uma tela plana, mas como corpos em

associação em espaços públicos —, desencadear processos sérios de avaliação e compreensão de tudo o que vivemos nos últimos meses. Processos coletivos, abertos à participação de docentes, estudantes e trabalhadores técnico-administrativos; processos de reconstrução de laços de solidariedade e compromisso e de definição de quem somos, *depois de atravessados por uma pandemia que levou milhares de vidas e incidiu sobre um longo período de nossas vidas*. Assim talvez fosse possível apostar em processos de racionalização burocrática-administrativa, a construção de um ensino híbrido na graduação (por que não, numa cidade como São Paulo, por exemplo?) e a articulação para agenciamentos interdisciplinares entre departamentos e unidades, tudo isso sem perder de vista qualidade e equidade.

Mas quando examinamos o contexto em que isso vem sendo proposto na USP, é difícil não desconfiar de que tal movimento participa de um processo mais longo, muito mais marcado pelo mundo “pré-pandemia” do que visando o “pós-pandemia”, em que elementos dos discursos de governança e austeridade se combinam para reduzir a pluralidade que caracterizava nossa Universidade, acelerando a reconfiguração de seu *ethos* em torno de princípios e valores pouco elaborados em espaços públicos, desqualificando o ensino de graduação quase concomitantemente à sua recente democratização pela via da adoção de ações afirmativas e reduzindo as chances de sobrevivência institucional daqueles e daquelas que têm sustentado a qualidade global da (agora assim chamada) “marca USP”.

Nossas ressalvas, portanto, não se dirigem ao ensino híbrido em si mesmo: é verdade, experimentamos muitas coisas interessantes e a modalidade do Ensino Remoto Emergencial abriu espaço para atividades, encontros e aprendizados que jamais teriam sido possíveis no tempo-espaço da sala de aula no *campus*. Nossas desconfianças se dirigem aos motivos e à forma com que tal discussão é imposta, alimentada pelos mesmos ventos do progresso e da inovação que não permitem parar, nem em meio às eventuais objeções derivadas do desejo de pensar, examinar, avaliar e compreender melhor, nem em meio à morte de mais de meio milhão de brasileiros.

Notas

1 Professora da Faculdade de Educação da USP.

2 Agradeço a Rosângela Prieto pelo diálogo em torno de alguns aspectos deste texto.

3 Disponível em <<<http://www4.fe.usp.br/wp-content/uploads/reorganizacao-2-2020.pdf>>>, acesso em 9/5/2021.

4 Ambos os editais estão disponíveis na página da Pró-Reitoria de Graduação da USP, <<<https://prg.usp.br/>>>.

5 Manifestação da Congregação da Feusp, em sua reunião ordinária de 17 de dezembro de 2020.